

25 ABR 1988

Política

— CONSTITUINTE —

me

ORDEM ECONÔMICA: PROPOSTAS CONTRA O IMPASSE.

Uma nova definição de empresa nacional, um novo entendimento da reforma agrária. Mas ainda não há acordo total.

Apesar das intensas negociações durante todo o final de semana em Brasília, o Centrão e a esquerda do PMDB ainda não chegaram a um consenso sobre os principais pontos divergentes da ordem econômica, que só deverá entrar mesmo em votação amanhã, apesar da sessão da Constituinte estar marcada para hoje, a partir de 14h30. O impasse maior persiste na questão da definição da empresa nacional, que deverá nortear outros conceitos como participação do capital estrangeiro e exploração de recursos minerais.

São poucas as chances de se fechar um acordo para a votação do substitutivo do Centrão ao projeto aprovado pela Comissão de Sistematização. Para que haja qualquer acerto, é necessário que a esquerda do PMDB garanta ao Centrão que aprovará o seu texto, ressaltados os destaques, o que não aconteceu até agora. É possível que se caia mais uma vez no famoso buraco negro. O que se pretende é evitar que ele surja hoje. Por isso, se o Centrão não tiver pelo menos 300 dos seus 320 integrantes em plenário, a votação automaticamente estará adiada pois, na hora da verificação de quórum os presentes se retiraram, deixando apenas a esquerda registrar a presença.

Hoje pela manhã está marcada uma nova rodada de reuniões, cada qual com seu grupo, para apresentar os termos negociados durante o final de semana. O Centrão se reúne, pois seus integrantes estarão começando a chegar a Brasília, para verificar se concordam com alguns dos pontos acordados. Da mesma forma a esquerda do PMDB tem uma reunião. Um outro encontro está marcado entre lideranças do Centrão, da esquerda e técnicos ligados à área de informática para se discutir uma fórmula para que a nova Constituição não prejudique a lei de informática, em vigor.

Empresa nacional

Na questão da definição de empresa nacional, surgiu um texto novo, que está em negociação e que diz que "empresa brasileira

de capital nacional é a pessoa jurídica constituída e com sede no país, cujo controle efetivo, na forma da lei, esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no país ou de entidades de direito público interno".

Esta fórmula transita bem entre os integrantes do Centrão, conforme esclareceu um dos seus líderes, deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), porque não prejudica as empresas tripartites permitindo joint-ventures, embora necessite do aval de outros membros do grupo. Da mesma forma a esquerda do PMDB gosta da fórmula, mas quer negociá-la mais. Um novo senão surge agora, quando o PMDB pensa em trazer para este título a questão das empresas de tecnologia de ponta. O Centrão acha que poderá ser considerada nacional a empresa desse ramo que, a partir de um determinado período, tiver condições de absorver sua tecnologia. Já a esquerda quer que seja considerada nacional apenas aquela que já detiver o controle da tecnologia estrangeira.

No capítulo da reforma agrária, uma novidade. Os líderes do Centrão acham que não é justo que nesta parte da Constituição se criem limitações ao direito da propriedade rural. Eles lembram que o direito de qualquer propriedade já foi garantido pelo Estado, no parágrafo 38 do Artigo 6º, aprovado depois de intensas negociações.

O texto proposto pela Sistematização condiciona o direito de propriedade rural ao cumprimento de uma série de exigências simultaneamente. Os integrantes da esquerda do PMDB acharam plausível a ponderação dos centristas e é possível que se chegue a um acordo neste artigo.

Um outro ponto muito discutido ontem foi o equilíbrio do transporte marítimo internacional. É que tanto o texto do Centrão quanto da Sistematização dizem que o transporte feito pelo Brasil deve ser em navio de bandeira e registro estrangeiro. Não houve consenso e a questão volta a ser discutida hoje.



Ulysses: preocupado...



... com a falta de quórum.

O CABO DAS TORMENTAS

Ulysses prevê mais polêmica do que com o regime de governo. Depois, a esperança.

Votar o capítulo da ordem econômica na Constituinte vai ser mais difícil e causar muito mais polêmica do que a votação do regime de governo. "A ordem econômica é o cabo das Tormentas", previu ontem pela manhã em São Paulo, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Ao citar o cabo das Tormentas ele se referia ao extremo sul da África que, por ser uma zona de alta e constante turbulência marítima, atemorizava os navegadores portugueses no século XV que queriam chegar à Índia. Os naufrágios aconteciam a toda hora. O Cabo da Boa Esperança marca também o local onde os oceanos Atlântico e Índico se encontram.

Mas, apesar da turbulência que a votação da ordem econômica deverá provocar na Constituinte, Ulysses Guimarães não descarta a hipótese de um acordo com os deputados do Centrão. "O entendimento é bem difícil mas não impossível", afirmou. E se ele não ocorrer antes da votação poderá acontecer futuramente com a legislação complementar. "Isso não é escapismo. Numa lei complementar pode-se desdobrar um assunto em 10, 15 ou 20 artigos. Jogando-se para a lei posterior pode-se evidentemente evitar o con-

fronto." Sem querer falar no perigo de um buraco negro, criado pelo impasse diante de um número insuficiente de votos para a aprovação de uma matéria. Ulysses Guimarães acredita que o acordo acabará saindo porque "quem tem a perder sempre procura a composição". A ordem econômica é um título difícil, complexo, segundo ele, porque coloca em discussão "doutrinas, ideologias diversas. As divergências maiores são em relação à definição de empresa nacional e estrangeira, à questão da mineração e da distribuição de combustível", comentou.

Sem querer estabelecer prazos ele disse apenas que 1.333 dispositivos, isto é 73,5% do texto constitucional já foi votado. "Faltam 479 dispositivos que equivalem a 26 por cento. A média de votação é de cerca de 35 dispositivos por sessão. Estamos vizinhos do término do 1º turno. Considero esse dado auspicioso." O presidente da Constituinte garantiu também a realização das eleições municipais em 1988. "Elas estão asseguradas. Prorrogação não. Este país precisa perder a mania de achar que eleições são problemas. Só o povo dá e pode retirar o mandato de um político", afirmou.

Garimpeiros em Brasília. Contra a emenda do Centrão.

Representantes dos garimpeiros dos Estados de Pará, Goiás, Rondônia e Mato Grosso estão em Brasília para tentar impedir que a emenda do Centrão ao parágrafo 3º do artigo 203 do capítulo que trata da ordem econômica seja aprovada amanhã. Eles acreditam que a emenda colocará a exploração mineral nas mãos das multinacionais e criará uma "legião de desempregados".

No projeto elaborado pela Comissão de Sistematização, a prioridade na concessão para pesquisa e lavra de recursos e jazidas minerais é do garimpeiro, nas áreas onde ele já esteja atuando. A emenda do Centrão prioriza as concessões às cooperativas de garimpeiros e as restringe às áreas que não tenham sido requeridas.

Ocorre que no Brasil só há duas cooperativas: a do Rio Madeira e a de Serra Pelada, essa última sob intervenção federal desde novembro de 87, segundo Sang Tay Ahn, representante dos garimpeiros daquela região. Ele explica que a desinformação entre os trabalhadores é muito grande, já que muitos trabalham "no meio do mato", e por isso não sabem que precisam de uma cooperativa para manter o direito de trabalhar.

O representante dos garimpeiros diz que cerca de 80% das terras exploráveis em mineração já foram requeridas por grandes empresas, "a maior parte multinacionais" e a emenda do Centrão já lhes garante a concessão sobre elas.

O brigadeiro falando. Contra o poder do Estado.

O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, econheceu ontem "que o poder do Estado na economia tem de ser reduzido". Ele defendeu a privatização de empresas estatais, assegurou que o Ministério da Aeronáutica não tem a intenção de controlar as atividades da Transbrasil, mas sim permitir que a empresa atue de acordo com a economia de mercado, e quer privatizar uma subsidiária da Embraer: a Neiva.

A política de privatização de estatais, para Moreira Lima, só pode "permitir que a economia do País fique mais saudável". Mas ele ressalva que em "setores estratégicos" o governo pode ter responsabilidade na administração de empresas, como a Petrobrás e Eletrobrás, mas adotando princípios privatistas, como tem feito a Embraer.

"Não tenho dúvidas de que

evitar a intervenção do Estado na economia, na livre iniciativa, será melhor para todos, tanto para empresários quanto para os empregados das empresas do setor privado. O governo pretender estabelecer regras para uma economia de mercado é impraticável", afirmou o ministro da Aeronáutica. Para ele, "quanto mais liberdade econômica, e quanto mais liberdade para patrões e empregados, melhor".

Moreira Lima disse que "há hoje em dia estatais que passarão para o controle do governo por uma série de fatores, inclusive o de endividamento, como a Neiva. A Embraer, segundo o ministro, "já apresenta dificuldades não só pela ameaça que houve de retaliações do governo norte-americano (contra a política brasileira de informática) mas também por outros motivos".